FEMINISMO NEGRO E CIBERATIVISMO NO BRASIL[1]

Dulci Lima[2]

Resumo

Ao longo da década de 1990 os feminismos latino-americanos expandiram seu campo de ação abarcando novas arenas culturais, sociais e políticas. Os movimentos se transversalizaram e se estenderam em direção a diferentes esferas, atingindo uma ampla diversidade de classes e movimentos sociais. Organizações de mulheres negras, indígenas e rurais cresceram consideravelmente ampliando os parâmetros da agenda do movimento. Essa disseminação das concepções feministas tem produzido resultados positivos em políticas públicas e aos poucos tem se inserido no imaginário e cultura popular diluindo, por um lado, as resistências ideológicas em relação ao feminismo, mas por outro lado, ampliando sua visibilidade para grupos de ódio que por vezes investem contra os coletivos. Nesse contexto as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se tornaram ferramentas estratégicas e fundamentais para atuação dos "novos feminismos" marcados pela horizontalidade dos discursos, práticas plurais e heterogêneas, articulação com setores diversos da sociedade civil e o uso das TICs. Os feminismos em atuação na web buscam não apenas um espaço de compartilhamento e troca, mas principalmente formas de participação e intervenção nas

[1]Texto originalmente apresentado no XXXI Congreso ALAS 2017, ocorrido em Montevidéo de 03 a 08 de dezembro de 2017.

[2]Pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas no Centro de Pesquisa e Formação do SESC SP

agendas políticas da sociedade. Espaço de participação e visibilidade que grupos minoritários nem sempre conseguem por vias tradicionais como a grande mídia.

Palavras-chave

Interseccionalidade; ciberativismo; Feminismo Negro.

Abstract

Throughout the 1990s Latin American feminisms expanded their field of action embracing new cultural, social, and political arenas. The movements were transversalized and extended towards different spheres, reaching a wide diversity of classes and social movements. Black, indigenous and rural women's organizations have grown considerably by expanding the parameters of the movement's agenda. This dissemination of feminist conceptions has produced positive results in public policies and gradually has been inserted in the imaginary and popular culture diluting, on the one hand, the ideological resistances with respect to feminism, but on the other hand, increasing its visibility to groups of hatred that sometimes they invest against collectives. For example, texts, images and tutorials that value black aesthetics by encouraging the abandonment of hair straightening and the use of natural hair, makeup tips and products for black skins, clothing that is inspired by African / Afro-Brazilian and even the emergence and expansion of spaces for leisure and culture aimed at black youth. The feminisms in action on the web seek not only a space of sharing and exchange, but mainly forms of participation and intervention in the political agendas of society. Space of participation and visibility that minority groups can not always achieve by traditional means such as the mass media.

Keywords

Intersectionality; ciberativism; Black Feminism.

Introdução

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens, e levantada sobre as valas, e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem (...) e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher?(Sojourner Truth in BRAH & PHOENIX, 2004, p. 277 apud HENNING, 2015, 104-105).

Interseccionalidade é um termo bem familiar a pesquisadores, ativistas e interessados que possuem alguma inserção nos debates sobre gênero, sexualidade e estudos de mulheres. É comum situar seu surgimento em fins dos anos 1980 como fruto das reivindicações feitas por mulheres negras, lésbicas e do terceiro mundo em consonância com as novas leituras críticas sobre gênero que deram origem à incorporação das diferenças nos movimentos feministas (PISCITELLI, 2008).

De fato, os anos oitenta reinventaram o feminismo, nesse período "a teoria feminista não apenas desenvolveu uma vitalidade impressionante como também conseguiu dar a sua interpretação da realidade um status acadêmico" (GARCIA, 2011: 93). Nessa década o feminismo no singular deu lugar à diversidade de mulheres e por consequência originou o feminismo da diferença.

Os conceitos "categorias de articulação e/ou interseccionalidades" teriam surgido como resposta à rejeição da categoria mulher e a prevalência de um discurso hegemônico que privilegiava a imagem de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média alta como referência para o projeto feminista, e que, simultaneamente, invisibilizava mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres e não-ocidentais.

Existem diferentes abordagens sobre interseccionalidade, embora façam uso dos mesmos termos para "referir-se à articulação entre diferenciações", diferem quanto à compreensão e emprego de diferença, poder e "margens de

agência concedidas ao sujeito" (PISCITELLI, 2008: 267). Carlos Henning em "Interseccionalidade e pensamento feminista" (2015) argumenta que embora o termo tenha sido cunhado pela feminista negra Kimberlé Crenshaw em 1989, a preocupação em compreender as diferenciações sociais de forma entrelaçada é anterior a essa data. Usando como referência um artigo de Avtar Brah e Ann Phoenix (2004), Henning atribui ao feminismo abolicionista nos EUA o nascimento da noção de que desigualdades sociais são também produzidas por meio da inter-relação das diferenças (exemplifica essa afirmação através do trecho da fala proferida por Sojouner Truth na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio, 1851 e que abre esse texto como epígrafe).

A partir da forte, instigante e representativa fala de Sojourner Truth, Brah e Phoenix (2004) afirmam que não apenas várias das questões que versam sobre entrelaçamento de diferenças e desigualdades e que (re)emergiram a partir da década de 1970 já estavam presentes nessa fala de mais de um século, como também o próprio debate ocorrido durante as décadas de 1980 e 1990 acerca da crítica ao essencialismo contido na categoria "mulheres" (como, por exemplo, em BUTLER, 2003) já estaria, de certo modo, interessantemente ali contida (HENNING, 2015: 105).

Henning (2015) recorre à Patrícia Hill Collins para justificar o desconhecimento da longevidade da noção de inter-relação entre diferenciações sociais. Os silenciamentos históricos seriam responsáveis pelas descontinuidades "na tradição do pensamento das mulheres afro-americanas" (COLLINS, 2000 apud HENNING, 2015). Tais silenciamentos seriam frutos do racismo epistêmico. Assim como o sexismo epistêmico, o racismo epistêmico promove o extermínio simbólico da alteridade e por consequência institui "um único grupo no poder como a voz da autoridade e da verdade que, por estar baseado nos paradigmas da neutralidade e objetividade, exclui a visão dos outros" (SANTOS, 2016: 11).

Contribui ainda para esse silenciamento, o fato de que nem sempre esse conhecimento está sistematizado numa escrita com rigor acadêmico e há resistência em se reconhecer como conhecimento a produção desenvolvida fora da universidade. Intelectuais fundamentais no desenvolvimento do pensamento interseccional, como Audre Lorde, subverteram a rigidez da escrita acadêmica produzindo reflexões a partir de outros modelos epistêmicos. Giselle C. dos

Anjos Santos em "Os estudos feministas e o racismo epistêmico" (2016) discute o quanto foi fundamental colocar em pauta o privilégio epistêmico de mulheres brancas, a partir desse momento ficou evidente "a necessidade de reescrever o projeto político e teórico de emancipação das mulheres como sinônimo da luta empreendida pelos feminismos" (SANTOS, 2016: 16).

Os debates acerca da interseccionalidade ao (re) emergirem nos anos 1970 não estavam presentes apenas no discurso acadêmico, os coletivos feministas de mulheres negras e lésbicas foram peças-chaves nas formulações acerca das articulações das diferenças. A exemplo de Giselle C. dos Anjos Santos (2016), Henning chama a atenção para o fato de que ainda é bem comum que a contribuição desses coletivos seja subestimada no "campo feminista dos estudos interseccionais". Muitas teóricas feministas (ainda hoje) tendem a ignorar ou secundarizar "a importância do manifesto e das atuações políticas" dos feminismos negros e de outros coletivos como o de mulheres lésbicas "como um marco relevante para o pensamento que procura compreender o entrelaçamento de marcas de diferença na construção (ou não) de desigualdades" (HENNING, 2015: 107).

Embora Feminismo Negro e interseccionalidade sejam indissociáveis, Patrícia Hill Collins afirma que é um equívoco atribuir o surgimento do conceito às mulheres negras apenas, pois outros grupos de mulheres como as latinas, indígenas e asiáticas estavam igualmente envolvidas na reivindicação da "inter-relação de raça, classe, gênero e sexualidade em sua experiência cotidiana" (COLLINS, 2017: 8-9).

Ainda na década de oitenta há um trânsito entre movimentos sociais e a academia, propiciado pela inserção de ativistas dos movimentos sociais nas universidades especialmente nos programas dedicados aos estudos da perspectiva crítica, de mulheres, negros, sexualidade, pós-coloniais e culturais. A interseccionalidade como uma "forma de investigação crítica e de práxis [...] forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas" favoreceu a conexão entre esses dois campos de produção de conhecimento, aquele cuja produção é desenvolvida por "indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento" e os espaços de saber legitimado como as universidades e instituições similares (COLLINS, 2017: 7). No universo acadêmico, Kimberle Crenshaw, Patricia Hill Collins, Angela Da-

vis, bel hooks, Barbara Smith e Chirlane McCray são alguns dos nomes pioneiros na formulação crítica do entrecruzamento de diferenças sociais que resultaria na noção de interseccionalidade (HENNING, 2015; MOUTINHO, 2014).

Kimberlé Crenshaw (1991) define interseccionalidade a partir da interação entre diferentes formas de opressão. A autora analisa as consequências materiais e simbólicas que atingem os grupos que estão na encruzilhada de diferentes marcadores e o modo como ações e políticas específicas operam conjuntamente na criação de vulnerabilidades. Junto com Patricia Hill Collins encabeçam uma vertente interseccional conhecida como abordagem sistêmica/estrutural "localizada basicamente nos EUA e que daria mais atenção aos impactos do sistema ou estrutura sobre a formação das identidades" (HENNING, 2015: 111). A principal crítica que se faz a essa vertente é a de que diferença e desigualdade se confundem quase como sinônimos (CRENSHAW, 1991; MOUTINHO, 2014; PISCITELLI, 2008).

Uma segunda linha de abordagem onde se situam Mcklintock (1995) e Brah (2006), a construcionista – "encampada principalmente por acadêmicas do Reino Unido" - compreende as categorias gênero, classe, raça não apenas como categorias limitantes, mas também como recursos passíveis de fomentar a ação. Nessa linha de pensamento, a agência assume outros contornos incluindo a possibilidade de "coerção, negociação, cumplicidade, recusa, mimesis, compromisso e revolta" (PISCITELLI, 2008: 268). Nesse sentido subjetividade e identidade assumem lugar central como compreensão das dinâmicas de poder. Brah propõe trabalhar com diferença como categoria analítica em substituição a gênero. A diferença, entendida por Brah (2006), tanto pode remeter a desigualdade, opressão, exploração, quanto a igualitarismo, diversidade ou agência política (HENNING, 2015; BRAH, 2006; MOUTINHO, 2014; PISCITELLI, 2008).

Há uma prevalência em trabalhar interseccionalidade a partir da tríade gênero, raça e classe, explicado possivelmente pela própria origem e longevidade da preocupação com a inter-relação entre diferenças sociais. Mas, outras diferenças podem ser analisadas do ponto de vista da interseccionalidade, que por sua vez, não precisa estar sempre marcada pela análise da subalternidade, mas também pode estar a serviço das reflexões sobre privilégios ou ainda a partir da proposição de Avtar Brah como possibilidade de compreensão das diferentes formas de agência política.

A interseccionalidade como projeto de conhecimento se expandiu na academia desde o início dos anos 2000 e abrange um vasto campo disciplinar das ciências humanas, "obtendo crescente aceitação no campo de ciências sociais tão diversos como a sociologia, a psicologia, a economia e a ciência política" (COLLINS, 2017: 12). Patricia Hill Collins afirma que essa expansão é marcada pela prevalência da interseccionalidade como conhecimento emancipatório em detrimento da interseccionalidade como política emancipatória. Collins considera prejudicial essa cisão por passar ao largo de uma das principais razões de ser da interseccionalidade em seu princípio, a preocupação com a justiça social.

Na última década, os feminismos em atuação na internet deram novo fôlego a interseccionalidade como política emancipatória, aspecto ainda pouco explorado entre teóricos que discutem interseccionalidade. Um dos poucos trabalhos a abordar esse aspecto é o livro de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, intitulado Intersectionality (2016). Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2016) destacam a notável presença do conceito de interseccionalidade nas esferas digitais, principalmente nas plataformas de mídia social onde é possível produzir conteúdo. As autoras afirmam que a internet mudou a cara e a idade média do feminismo, hoje há forte presença de mulheres jovens, inclusive adolescentes.

Segundo Ragnar Jónsson (2013) as mídias digitais mudaram completamente o feminismo em vários sentidos, incluindo seu alcance, apresentação e público leitor que atualmente acessa discussões que na era pré-internet estavam limitadas a grupos específicos.

A ampliação da presença de feministas negras na internet ampliou os debates sobre interseccionalidade, especialmente em blogs escritos por mulheres negras (COLLINS, BILGE: 2016). A observação de blogs escritos por mulheres negras, mostram a vitalidade e relevância da interseccionalidade como uma forma de investigação crítica e de ferramenta emancipatória em projetos de justiça social. Entretanto, como apontam Collins e Bilge (2016) tem crescido as críticas à interseccionalidade por certos nichos feministas, especialmente mulheres brancas, que alegam se tratar de um conceito não democrático, que estaria pautado na garantia de privilégios a determinados grupos de mulheres dentro do movimento feminista. As feministas que fazem tais críticas sugerem que se abandone a interseccionalidade como forma de se fazer avançar o movimento feminista

como um todo. Pesquisadores que trabalham com a perspectiva interseccional, como Collins e Bilge, discordam dessa premissa de que o conceito não é democrático, pelo contrário, acreditam que as análises interseccionais desempenham um papel essencial no desenho de políticas públicas e no impulso a transformações intelectuais mais consistentes (REISZ, 2016).

Feminismo negro e ciberativismo

Ao longo da década de 1990 os feminismos latino-americanos expandiram seu campo de ação abarcando novas arenas culturais, sociais e políticas. Os movimentos se transversalizaram e se estenderam em direção a diferentes esferas estatais e políticas, atingindo uma ampla diversidade de classes e movimentos sociais (MATOS, 2010).

Organizações de mulheres negras, indígenas e rurais cresceram consideravelmente ampliando os parâmetros da agenda do movimento. Essa disseminação das concepções feministas tem produzido resultados positivos em políticas públicas e aos poucos tem se inserido no imaginário e cultura popular diluindo as resistências ideológicas em relação ao feminismo (MATOS, 2010).

Nesse contexto as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC´s) se tornaram ferramentas estratégicas e fundamentais para atuação dos feminismos contemporâneos – também conhecidos como "novos feminismos" -, marcados pela horizontalidade dos discursos, práticas plurais e heterogêneas, articulação com setores diversos da sociedade civil e o uso das TIC´s.

A Web 2.0 facilitou a criação e consolidação de redes entre coletivos e organizações feministas, permitiu o surgimento de novos grupos (como os que estão em atuação no ambiente virtual através do Twitter, Facebook, Youtube, mas especialmente por meio de blogs como Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras, Transfeminismo, Que nega é essa?, Não me Khalo, Escreva Lola Escreva e outros), bem como colaborou com o desenvolvimento de novas estratégias e áreas de atuação impulsionando o processo de popularização dos feminismos iniciado nos anos 1990. Hoje em uma rápida navegação na web é possível encontrar um grande número de mulheres cis e trans (seja em ação individual ou coletiva) produzindo reflexões, promovendo debates, desenvolvendo textos, imagens, sons e

campanhas de conteúdo feminista em suas várias vertentes (FERREIRA, 2015; ALVAREZ, 2014; PISCITELLI, 2008; NATANSOHN, 2013).

A entrada dos coletivos feministas no ciberespaço também se dá nos anos 1990 coincidindo com o início do processo de popularização do feminismo, conforme mencionado anteriormente. Sob o desígnio de ciberfeminismo, os coletivos mobilizavam um conjunto de estratégias que articulavam estética, política e comunicação utilizando a tecnologia digital e a internet como ferramentas para emancipação e empoderamento das mulheres (FERREIRA, 2015; LEMOS, 2009; NATANSOHN, 2013). Conforme Graciela Natansohn:

> Nos anos 90, consciente dos limites, mas também das imensas potencialidades das redes digitais, suas contradições e complexidade e de sua natureza mais política que técnica, os movimentos das mulheres e diversos grupos feministas se lançam na disputa política na área tecnológica com maior ou menor êxito. O movimento das mulheres começou a dar atenção às questões das TIC's há pouco mais que 20 anos. [...]marco inicial da reivindica-ção da comunicação como direito humano básico foi a Conferência da Mulher, em Beijing (em 1995), quando foi incluído nas conclusões finais o ponto J, que destaca a importância da comunicação para o empoderamento das mulheres e o uso estratégico das tecnologias [...].Em Beijing, se percebeu a necessidade de desenvolver políticas e programas para que as mulheres, especialmente as mais jovens, se constituam como um grupo com real potencial de conectividade às, naquela época, novas tecnologias (MELO, 2000). Aconselhavam o apoio a estudos e análises das estratégias usadas pelas mulheres para aumentar o acesso às TIC's, observando o impacto na inserção destas na educação e no trabalho. Passadas duas décadas, o movimento das mulheres e as feministas só agora parecem estar prestando atenção ao tema. Não é apenas um problema de competências tecnológicas o que está em jogo numa política feminista para as TIC's, mas sim, de entender o alcance político e social da cultura digital e do

> entorno tecnológico como forma de vida contemporânea, como o ambiente onde se desenvolve a nossa vida e nossas lutas (NATANSOHN, 2013: 23-24).

A associação entre teorias, práticas políticas e cultura digital, a partir de uma perspectiva interseccional, abriram espaço para discussões sobre a relação entre mulheres e as Tecnologias de Informação e Comunicação que associadas com outros marcadores, como geração, apontam para as múltiplas possibilidades oferecidas pelas TIC´s como campo privilegiado para atuação dos feminismos (FERREIRA, 2015; NATANSOHN, 2013).

O blog tem sido a principal ferramenta de discussão utilizada pelos feminismos em atuação na web. Isso se deve a facilidade de manuseio dessa ferramenta. Segundo Amaral, Recuero e Montardo:

> Foi [...] o surgimento das ferramentas de publicação que alavancou os weblogs. Em 1999, a Pitas lançou a primeira ferramenta de manutenção de sites via web, seguida, no mesmo ano, pela Pyra, que lançou o Blogger. Esses sistemas proporcionaram uma maior facilidade na publicação e manutenção dos sites, que não mais exigiam o conhecimento da linguagem HTML e, por isso, passaram a ser rapidamente adotados e apropriados para os mais diversos usos. Além disso, a posterior agregação da ferramenta de comentários aos blogs também foi fundamental para a popularização do sistema. (*Amaral, Recuero e Montardo. 2009: 28).*

Embora existam muitas definições possíveis para blog se privilegiará aqui o conceito funcional, segundo o qual blogs são ferramentas de comunicação mediada por computador cuja função primária é estabelecer - por meio da publicação de conteúdo – uma conversação entre autores e sua audiência (AMARAL, RECUERO e MONTARDO, 2009). Os blogs surgem no fenômeno da Web 2.0, segunda geração de serviços on-line que ampliam as possibilidades de interação, e tem como "principais objetivos potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações" (PRIMO, 2008: 63). As práticas coo-

perativas e a interação mútua ocupam, portanto, o eixo central da Web 2.0. Essa configuração permite que pequenas redes de amigos ou nichos muito específicos de interesse se interconectem gerando "significativos efeitos em rede".

As novas tecnologias e suas ferramentas de comunicação e interação fornecem aos novos feminismos a possibilidade de ampliação da criação de narrativas que contestem o discurso dominante e permitam o surgimento de múltiplas e infinitas subjetividades (LEMOS, 2009). Nesse cenário assumem papéis centrais estratégias como "a produção de imagens, a guerrilha da comunicação, as inter-relações entre arte e política, [...] como possibilidades de reinventar as identidades por meio das novas tecnologias" (GARCIA, 2015: 55).

A escrita e os novos espaços de produção e veiculação de informação fornecidos pela internet se apresentam para as Feministas Negras como uma oportunidade de contestar estereótipos e discursos que deformam e marcam negativamente mulheres, negros, corpos e sexualidades dissonantes. Ao mobilizar reflexões acerca de assuntos como racismo, machismo (além de outros como lesbofobia, transfobia, gordofobia) a partir de experiências pessoais, situações cotidianas, casos midiáticos e tendo por base a produção de acadêmicas negras brasileiras e norte-americanas especialmente, as mulheres negras em atuação na web tem desenvolvido uma produção que confronta as bases epistemológicas de orientação etnocêntrica e que se constitui como contranarrativas ao discurso hegemônico que invisibiliza e silencia a experiência negra e feminina. Essa produção pautada principalmente em narrativas próprias "têm ganhado um alcance imensurável e formado uma rede de informações e compartilhamentos sobre tais histórias" (MALTA; BARRETO, 2016: 57).

Os blogs, as redes sociais, a descentralização da produção de conteúdos promovida pela web 2.0 abriu caminho para que as feministas negras rompessem com o racismo epistêmico e a ausência de representações positivas de negros e negras na mídia que impactam negativamente as subjetividades e autoestima da população negra (MALTA; BARRETO, 2016). Se multiplicam, por exemplo, os textos, imagens e tutoriais que valorizam uma estética negra através do incentivo ao abandono do alisamento dos cabelos, maquiagem para peles negras, vestuário que tem inspiração na cultura africana e mesmo o surgimento e ampliação de espaços de lazer e cultura voltados especificamente para a juventude negra.

Todo esse movimento, mesmo o estético, está profundamente marcado por posicionamentos políticos quanto a outro lugar que a população negra almeja na sociedade brasileira, um lugar que não esteja marcado pela subaltenidade. Como exemplo, temos a realização da Marcha do Empoderamento Crespo realizada em várias cidades brasileiras, cuja mobilização foi toda articulada via redes sociais. A marcha tinha como mote uma discussão antirracista via estética negra (MALTA; BARRETO, 2016).

> [...] através das redes sociais, os discursos e narrativas desse segmento têm saído da invisibilidade, ganhado notoriedade entre os mais diversos públicos, e com isso, tornado visíveis as suas demandas relacionadas ao combate ao racismo e ao machismo cotidiano" (MALTA; BARRETO, 2016: 60).

Capitaneados pelas feministas negras, os movimentos negros brasileiros retomaram demandas e reanimaram campanhas criadas pelo Movimento Negro Unificado nos anos 1980, como a campanha *Reaja ou será morto, Reaja ou será morta* que denuncia a violência policial e o genocídio da juventude negra.

As feministas negras em atuação na web vêm também conseguindo, por meio das plataformas digitais, que a grande mídia dê maior atenção às questões raciais e de gênero. Para mencionar um exemplo recente, há pouco nos deparamos com a mudança na vinheta da Globeleza, que trouxe uma mulher negra mais "coberta" e acompanhada de outros dançarinos que apresentaram distintos ritmos carnavalescos brasileiros tirando finalmente o foco do corpo da mulher negra. A mudança foi bem recebida pelas feministas em geral, mas especialmente pelas feministas negras que há muito criticavam a excessiva exposição do corpo feminino negro, marcado na vinheta como um corpo-sexo. Sem dúvidas, essa mudança se faz a partir das críticas protagonizadas por feministas e feministas negras e articuladas via redes sociais.

Os feminismos em atuação na web buscam não apenas um espaço de compartilhamento e troca, mas principalmente formas de participação e intervenção nas agendas políticas da sociedade. Espaço de participação e visibilidade que grupos minoritários nem sempre conseguem por vias tradicionais como a grande mídia. Tais grupos articulam discursos e práticas interseccionais em suas

ações. Embora os discursos sejam marcados por uma interseccionalidade sistêmica/estrutural, as práticas das feministas negras em atuação na internet estão marcadas por uma orientação interseccional construcionista.

Embora tenha apresentado de forma otimista a ação de feministas negras na internet é importante esclarecer que não se menospreza o fato de que o alcance da internet e da atuação política nesse ambiente ainda são restritas devido às várias limitações como as restrições de conectividade persistentes em território nacional[3].

A mobilização de feministas negras na web se deve em grande parte, a maior presença da população negra nas universidades (como resultado das políticas de ação afirmativa) e ao desejo desse grupo que teve acesso ao ensino superior de ser "protagonista de sua própria história" (MALTA; BARRETO, 2016: 68).

Considerações finais

O mesmo racismo epistêmico que produz os silenciamentos históricos responsáveis pela recusa ao reconhecimento da importante contribuição de feministas negras na formulação da noção de interseccionalidade, também está presente nas narrativas hegemônicas que promovem o extermínio simbólico da alteridade.

A interseccionalidade adotada no discurso dos feminismos negros em atuação na web, se apresentam aqui dentro da perspectiva proposta por Avtar Brah e Mcklintock, ou seja, não apenas como mecanismo de opressão, mas como uma possibilidade de agência política. As ciberativistas negras tem utilizado o ambiente virtual como um espaço repleto de possibilidades de gerar, compartilhar e dar visibilidade às suas próprias narrativas.

Mulheres negras, lésbicas, transexuais tem feito uso regular das narrativas contrahegemônicas no intuito de ampliar seu acesso a direitos e oportunidades,

[3]No Brasil há ainda grandes desigualdades no acesso à internet. Como revela a pesquisa TIC domicílios 2016, o amplo acesso à internet se concentra nas regiões urbanas, sul e sudeste, e entre as classes A e B. As zonas rurais, o norte e o nordeste e as classes D e E são as que menos usufruem desse acesso. A maior parte da população acessa a internet por meio dos smartphones para utilização de redes sociais como o Facebook, Instagram e envio de mensagens instantâneas através de ferramentas como o Whatsapp (CETIC, 2017).

modificar a imagem estereotipada que a sociedade brasileira tem desses grupos e favorecer, dessa forma, condições para uma vida mais digna. Esses discursos são ainda fundamentais na reorganização da própria subjetividade por apresentarem de forma positiva e potente as vivências de indivíduos subalternizados.

Desde o surgimento da internet e a partir da Web 2.0 o território virtual se constituiu num espaço privilegiado para o desenvolvimento, articulação e disseminação dessas contra narrativas, dadas a possibilidade de criação e veiculação direta de conteúdo sem a necessidade de um intermediário.

Apesar dos exemplos positivos mencionados é notório o crescimento de grupos de ódio que investem contra os blogs e páginas feministas em ações organizadas que se constituem em verdadeira guerrilha virtual. São ainda desafios dos feminismos na web a limitação de acesso à internet e a insuficiência de escolarização e letramento digital, numa perspectiva interseccional ou de articulação de diferenças sociais devemos considerar além de raça e gênero, classe, escolarização e região na análise sobre os feminismos na internet.

Referências bibliográficas

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**, Patricia Hill Collins. Disponível em: <revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/download/559/506>.

Acesso em 10 nov. 2017.

_____; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. E-book. Toronto: Wiley, 2016.

ALVAREZ, Sônia. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista.** Cadernos Pagu, n. 43, jan-jun de 2014, pp.13-56.

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel e MONTARDO, Sandra (orgs.). Blogs.com: **Estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento editorial, 2009.

AQUINO, Maria Clara. **Os blogs na web 2.0: representação e reocupação coletivas de informação**. In: Blogs.com. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

BARROS, Zelinda. **Feminismo negro na internet: Cyberfeminismo ou ativismo digital?** Disponível em: <https://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet>. Acesso em 08 fev.2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 8ª. Ed. Civilização Brasileira: São Paulo, 2015.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cadernos Pagu, n.26, jan-jun 2006, pp.329-376.

CORRÊA, Sonia; VIANA, Adriana. **Teoria e práxis em gênero e sexualidade: Trajetos, ganhos, perdas, limites...pontos cegos**. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/S/Sonia_Correa_52.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politcs, and Violence Against Women of Color**. Stanford Law Review, n.43, 1991: 1241-1299.

FERREIRA, Carolina Branco C. **Feminismos Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo**. Cadernos Pagu, n.44, jan/jun 2015, pp. 199-228. 16

GARCIA, Carla Cristina. **Os novos feminismos e os desafios para o século 21**. Revista Cult, n.199, 2015: 52-55. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/03/os-novos-feminismos-e-os-desafios-para-o-seculo-21/>.Acesso em 21 set. 2015.

_____. **Breve história do feminismo**. Ed. Claridade, São Paulo: 2011.

GROSSI, Patricia; AGUINSKY, Beatriz G.. Por uma nova ótima e uma nova ética. In: **Violências e Gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2012.

HENNING, Carlos. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Revista Mediações, Londrina, v. 20 nº 2, p. 97-128, jul/dez 2015. Disponível em

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>. Acesso em 05 fev. 2017.

LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminismo em redes eletrônicas.** Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2009.

JABARDO, Mercedes. Construyendo puentes: en diálogo desde/con el feminismo negro. In: **Feminismos negros. Uma antologia**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

JONSSON, Ragnar. **Is the 4th Wave of Feminism Digital?** Bluestockings Magazine, 19 ago 2013. Disponível em:

<http://bluestockingsmag.com/2013/08/19/is-the-4th-wave-of-feminism-digital/>. Acesso em 30 nov. 2017.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. **Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual.** In: Dossiê Mulheres Negras: experiências, vivências e ativismos. Revista Gênero, Niterói, v.16, nº2, p.55-69, 1º sem. 2016. Disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/811>. Acesso em 05 fev. 2017.

MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, nº36, pág. 67-92, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06>. Acesso em 13 out. 2016.

MOUTINHO, Laura. **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes**. Cadernos Pagu, n.42, jan-jun. 2014, pp. 201-248.

NATANSOHN, Graciela (org.). Qué tem a ver as tecnologias digitais com o gênero? In: Internet em código feminino: Teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía ediciones, 2013.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC.br. TIC domicílios 2016 aponta estabilidade no número de domicílios conectados por meio de banda larga fixa In Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: Pesquisa TIC Domicílios, ano 2016. Cetic.br, 05 de set. 2017. Disponível em: < http://cetic.br/noticia/tic-domicilios-2016-aponta-estabilidade-no-numero-de-domicilios-conectados-por-meio-de-banda-larga-fixa/>. Acesso em 05 dez. 2017.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Revista Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul-dez. 2008, pp. 263 a 274.

PRIMO, Alex. **Fases do desenvolvimento tecnológico e suas implicações nas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade. In: Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 232 p. 17

REISZ, Matthew. Intersectionality: '**the most exciting theory in the world'. The world university rankins**, 19 maio 2016. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/news/intersectionality-most-exciting-theory-world>. Acesso em 10 out. 2017.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. In: *Dossiê Mulheres Negras: experiências, vivências e ativismos*. Revista Gênero, Niterói, v.16, nº2, p. 7-32, 1º sem. 2016. Disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/812>. Acesso em 05 fev.2017.